



Márcio Kühner

01. Com base na leitura dos quadrinhos acima, concluímos que

- A) os ditados populares não estão sempre certos.
 B) errar não é fundamental para crescer.
 C) devemos tirar proveito de todas as situações.
 D) devemos rir dos erros que cometemos.
 E) é extremamente necessário acertar.

Leia o poema de Manoel Bandeira e responda às questões 02, 03, 04 e 05.

Consoada

*Quando a Indesejada das gentes chegar
 (Não sei se dura ou corável),
 Talvez eu tenha medo.
 Talvez eu sorria, ou diga:
 – Alô, iniludível!
 O meu dia foi bom, pode a noite descer
 (A noite com seus sortilégios.)
 Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
 A mesa posta,
 Com cada coisa em seu lugar.
 (Estrela da vida inteira, p.221)*

02. Para o poeta, a palavra **Indesejada** se refere à

- A) amada. B) visita. C) morte. D) noite. E) manhã.

03. A palavra **medo** pode ser facilmente substituída no poema por

- A) receio. B) cautela. C) compaixão. D) frustração. E) sobriedade.

04. O poeta cumprimenta a Indesejada das gentes, chamando-a de **iniludível**, porque

- A) ela é fácil de se enganar.
 B) aparece toda noite.
 C) é amiga do poeta.
 D) não poupa ninguém.
 E) ela se pode iludir.

05. Marque a **ÚNICA** opção abaixo que **NÃO** conserva o prefixo **in-** com o mesmo sentido em que este se apresenta na palavra **Indesejada**.

- A) Ilegal. B) Irrestrito. C) Impermeável. D) Inativo. E) Imigrar.

Responda às questões 06, 07 e 08 fundamentando-se no trecho abaixo.

“Era segunda-feira. O dia estava calmo, um silêncio ensurdecedor foi quebrado pelo canto de um beija-flor que parecia olhá-lo da janela. Perdeu a hora para ir ao colégio, espreguiçou-se e embora estivesse sem vontade de sair da cama, conseguiu. A sensação de vazio era um verdadeiro incômodo. Não sabia como abster-se da cena em que a viu partir. Ela, ainda, era tão presente que podia ouvir seus passos pela casa. Se um dia pudesse vê-la outra vez, apenas a abraçaria numa tentativa louca de matar essa saudade que o maltrata imensuravelmente.”

(Estudante 3º ano do Ensino Médio)

06. As palavras destacadas são formadas, respectivamente, através dos seguintes processos:

- A) aglutinação – justaposição – aglutinação.
 B) justaposição – aglutinação – justaposição.
 C) justaposição – justaposição – justaposição.
 D) aglutinação – aglutinação – aglutinação.
 E) justaposição – justaposição – aglutinação.

07. “(...) se um dia pudesse vê-la outra vez (...)”
 Esse segmento representa uma

- A) concessão.
 B) conseqüência.
 C) condição.
 D) finalidade.
 E) proporcionalidade.

08. Sobre o texto, é CORRETO afirmar.

- I. De acordo com a norma culta, na última linha do texto, tem-se um pronome “o” na posição proclítica.
 II. É correto afirmar que a palavra “incômodo” é algo que não oferece comodidade.
 III. “Abster-se” é formado por um prefixo latino que tem sentido de afastamento, separação.
 IV. O trecho “Ela, ainda, era tão presente que podia...” apresenta uma conjunção concessiva.
 V. “SEU” é um pronome que indica posse e, por isso, é chamado de possessivo. Quando vem acompanhando o nome (passos), classifica-se em pronome possessivo adjetivo.

Estão CORRETAS

- A) I, II, III e IV, apenas. B) I, II, III e V, apenas. C) I, II, III, IV e V. D) I, II e IV, apenas. E) I, III e V, apenas.

09. Os trechos abaixo correspondem a uma tipologia textual. Assinale a ÚNICA alternativa que se caracteriza como uma dissertação.

- A) Alguém que decida manter-se à margem da vida digital não pode ser considerado moderno. Participar do mundo das redes de computadores e ser uma pessoa, digamos, digitalmente letrada, é uma experiência diferente e moderna. (Veja, 1995)
 B) Ela era morena clara, tinha olhos azuis e estava sempre de bom humor.
 C) Eu tinha uma filha, de dois aninhos, quando fui para o Rio de Janeiro. Ela parecia uma bonequinha, seus cabelos dourados assanhavam-se com facilidade. O temperamento definitivamente não parecia em nada com o meu. Certamente, era o do pai.
 D) João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número. Uma noite ele chegou no bar vinte de novembro. Bebeu. Cantou. Dançou. Depois se atirou na Lagoa (...) e morreu afogado. (Manuel Bandeira)
 E) Era uma vez uma raposa e um galo. A raposa muito esperta espalhou para toda a cidade que a guerra entre os animais não existia mais. O galo muito mais espertalhão saiu rapidamente quando a viu chegando próximo.

10. Todas as alternativas estão corretas, EXCETO.



- A) A tira apresenta uma sala de aula na qual a professora faz uma pergunta a seus alunos: “Quem foi a primeira mulher a ir para o espaço?”
 B) A resposta dada por Joãozinho surpreende a professora que lhe pede maiores explicações.
 C) No contexto escolar, imagina-se que a professora gostaria de saber quem foi a primeira mulher a sair da Terra em uma nave espacial.

- D) Uma palavra ou enunciado tem sentido denotativo, quando este sentido provoca um efeito particular em um contexto específico de interlocução e não se prende ao significado da palavra no dicionário.
- E) A interpretação dada por Joãozinho à expressão “ir para o espaço” não foi, porém, a que esperava a professora. Ele supôs que a professora estava falando no sentido figurado. Assim, a expressão “Ir para o espaço” significaria morrer.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analise as questões 11, 12 e 13, de acordo com a legislação Tributária do Município de Camaragibe (Lei nº266/2005).

11. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana, urbanizável ou de expansão urbana do Município, dependentemente de sua forma, estrutura e destinação.
- B) Poderá ser responsável pelo imposto, quando do lançamento, qualquer dos possuidores, diretos ou indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais possuidores.
- C) A base de cálculo do imposto pode ser arbitrada pela autoridade administrativa ou órgão designado, quando o contribuinte impedir a coleta de dados necessários à fixação do valor do imóvel.
- D) O recolhimento do IPTU é efetuado nos órgãos arrecadadores credenciados, através do documento de arrecadação municipal, porém o Coordenador Geral de Tributos pode autorizar o recolhimento por outro processo, sempre através dos órgãos arrecadadores credenciados.
- E) São isentos do IPTU, dentre outros, os contribuintes que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos: possuir um único imóvel residencial e que nele resida e auferir renda mensal familiar não superior ao salário mínimo fixado pelo governo federal.

12. Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Para efeito de incidência do ISS, consideram-se tributáveis os serviços decorrentes do fornecimento de trabalho com ou sem utilização de equipamentos, instalações ou insumos, ressalvadas as exceções previstas em Lei Complementar Federal.
- B) São isentos do ISS, dentre outros, as associações, federações e clubes devidamente legalizados e as instituições de ensino de educação infantil e fundamental com até 80 alunos.
- C) A base de cálculo do imposto deve ser arbitrada pela autoridade fiscal nos seguintes casos: de atividade exercida em caráter provisório ou de natureza temporária, vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais e de atividades cuja espécie, modalidade ou volume de serviço recomende regime fiscal específico.
- D) Ficam dispensados do uso do Livro de Registro de Nota Fiscal de Serviço-LRPS os contribuintes que recolhem o imposto por meio de valores fixos, lançados de ofício e os enquadrados em Regime de Estimativa, conforme regulamento do Poder Executivo.
- E) Não é autorizada, para profissionais autônomos, a confecção de Notas Fiscais de Serviços, sendo facultativo o uso de Nota Fiscal Avulsa.

13. Em relação à Taxa de Limpeza Pública – TLP, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Aplicam-se à Taxa de Limpeza Pública as isenções previstas para o IPTU nas mesmas proporções.
- B) Será reduzida em 50% (cinquenta por cento) a Taxa de Limpeza Pública – TLP para os imóveis não edificadas, que possuam muros e, quando situados em logradouro provido de meio-fio, também possuam calçada.
- C) A Taxa de Limpeza Pública – TLP tem como fato gerador a prestação ou a colocação à disposição dos contribuintes dos serviços municipais, específicos e divisíveis, de: coleta e remoção de lixo; coleta especial ou eventual de lixo; colocação de recipientes coletores de lixo.
- D) Por coleta especial ou eventual de lixo, entende-se o recolhimento, a remoção e a destinação de entulhos oriundos de poda de árvores, a limpeza de terrenos ou a demolição e reforma de edificações, somente sendo lançada e cobrada, quando efetivamente prestados, por solicitação do interessado, ou ainda, quando prestado de forma compulsória, quando constatada violação às posturas municipais.
- E) Quando o imóvel tiver área menor do que 50m², pode a Taxa de Limpeza Pública exceder o valor do IPTU.

14. A Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu competência aos municípios para instituir

- I.** imposto sobre a transmissão de bens *causa mortis*.
- II.** imposto sobre a transmissão de bens *inter vivos*.
- III.** taxa, em razão do poder de polícia.
- IV.** propriedade territorial rural.

São CORRETOS apenas os itens:

A) II e III.

B) II, III e IV.

C) I e III.

D) I, III e IV.

E) II e IV.

15. Considerando o tema “obrigação tributária”, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F), a falsa.

- () A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- () Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- () Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- () A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA.

- A) V,V,F,V. B) V,F,F,V. C) F,F,V,F. D) F,V,V,F. E) V,V,V,V.

16. Considerando o tema “crédito tributário”, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F), a falsa.

- () Quando é realizado o pagamento de uma dívida cuja ação já estava prescrita, é admitida a restituição deste pagamento.
- () O lançamento reporta-se à data de ocorrência do fato gerador e se rege pela lei vigente à época dessa ocorrência, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- () A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional
- () Extinguem o crédito tributário: a isenção e a anistia.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA.

- A) V,V,V,F. B) V,F,F,V. C) F,F,V,F. D) F,V,V,F. E) V,V,V,V.

17. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO.

- A) Presidente da República.
- B) Governador do Estado ou do Distrito Federal.
- C) Procurador Geral da República.
- D) Advogado Geral da União.
- E) Partido político com representação no Congresso Nacional.

18. Com relação às disposições gerais da Administração Pública, marque a alternativa INCORRETA.

- A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se, apenas, às atribuições de direito, chefia e assessoramento.
- B) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos na forma da lei.
- C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- D) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei assim como aos estrangeiros na forma da lei.
- E) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

19. Analise as proposições abaixo.

- I.** O Tribunal de Contas da União, integrado por sete Ministros, tem sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.
- II.** Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.
- III.** As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Marque a alternativa CORRETA.

- A) I e II estão corretas.
- B) II e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I e III estão corretas.
- E) Apenas a II está correta.

20. Considere as afirmativas abaixo.

- | |
|---|
| <p>I. <i>As autarquias, as fundações públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público.</i></p> <p>II. <i>As empresas públicas são constituídas de capitais públicos e privados.</i></p> <p>III. <i>Como as sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, seus dirigentes não estão sujeitos à ação de improbidade administrativa nem à ação penal por crimes praticados contra a Administração Pública.</i></p> |
|---|

Assinale a opção CORRETA.

- A) Apenas I e II são verdadeiras.
B) Apenas I é verdadeira.
C) Apenas III é verdadeira.
D) I, II e III não são verdadeiras.
E) Apenas II e III são verdadeiras.

21. Considere as afirmativas abaixo.

- | |
|---|
| <p>I. <i>O Direito Administrativo rege a organização e o exercício de atividades do Estado voltadas para a satisfação de interesses individuais, sendo classificado como Direito Público.</i></p> <p>II. <i>Está alcançada pelo Direito Administrativo toda e qualquer atividade de administração, seja ela oriunda do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.</i></p> <p>III. <i>O Direito Administrativo tem sua formação norteadada por quatro fontes principais: a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes, sendo a jurisprudência a fonte primária do Direito Administrativo.</i></p> |
|---|

Assinale a opção CORRETA.

- A) I e II são falsas.
B) I, II e III são falsas.
C) I, II e III não são falsas.
D) Apenas I é falsa.
E) Apenas II não é falsa.

22. Considere as seguintes afirmativas.

- | |
|--|
| <p>I. <i>Servidor Público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.</i></p> <p>II. <i>De acordo com o art. 37, caput, da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do DF e dos Municípios obedecerá aos princípios de moralidade, publicidade, legalidade, razoabilidade e eficiência.</i></p> <p>III. <i>A desproporcionalidade do ato de polícia administrativo equivale a desvio de poder, que o torna ilegítimo.</i></p> |
|--|

Assinale a opção CORRETA.

- A) Nenhuma está correta.
B) Todas estão corretas.
C) Apenas a II está correta.
D) Apenas a I está correta.
E) Apenas a III está correta.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Camaragibe, analise as questões 23, 24 e 25.

23. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
C) O poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.
D) As ações decorrentes da administração pública municipal obedecerão aos processos de: participação popular, democratização das informações, cooperação intergovernamental e intermunicipal.
E) O exercício direto do poder pelo povo far-se-á através dos seguintes instrumentos: referendo, plebiscito e iniciativa popular no processo legislativo.

24. Analise as proposições abaixo.

- I.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração direta ou indireta será exercida pela Câmara Municipal, mediante controles externo e interno, de cada poder e entidade.
- II.** Na hipótese de vacância do cargo de prefeito, se esta ocorrer nos últimos 15 (quinze) meses de mandato, será realizada eleição após 90 (noventa) dias.
- III.** Admitida a acusação contra Prefeito por 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal, será ele submetido a julgamento pelos crimes comuns e de responsabilidade perante o Superior Tribunal de Justiça.

Marque a alternativa CORRETA.

- A) Apenas III está correta. D) Apenas I está correta.
B) Apenas I e II estão corretas. E) Apenas II está correta.
C) I, II e III estão corretas.

25. Analise as afirmativas abaixo e assinale com (V) a assertiva verdadeira e com (F), a falsa.

- () Os secretários Municipais estão sujeitos, desde a posse, às mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores.
- () O plano diretor deve ser revisto e atualizado a cada 10 (dez) anos.
- () Compete privativamente à Câmara Municipal dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito e elaborar o regimento interno.
- () O processo legislativo compreende a elaboração de leis ordinárias, decretos legislativos e medidas provisórias.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA.

- A) F,F,V,V. B) V,F,V,F. C) V,V,V,V. D) F,V,F,F. E) F,F,F,F.

26. Considerando a classificação das constituições, é CORRETO afirmar que a atual Constituição da República Federativa do Brasil é, respectivamente, com relação à sua origem, forma, extensão e alterabilidade:

- A) outorgada, escrita, sintética e rígida. D) outorgada, escrita, analítica e flexível.
B) promulgada, escrita, analítica e rígida. E) promulgada, costumeira, sintética e rígida.
C) promulgada, escrita, analítica e semi-rígida.

27. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Para que o cidadão possa procurar ingressar com uma ação judicial para defesa de seus direitos, é necessário que antes esgote as vias administrativas, tendo-se em vista o princípio da economia processual.
- B) A organização sindical, legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 6 (seis) meses, poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses dos seus membros ou associados.
- C) A criação de associações e a de cooperativas na forma da lei independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- D) Não haverá, em qualquer hipótese, pagamento de taxas ou custas judiciais na impetração de *habeas corpus*, mandado de segurança e *habeas data*.
- E) A pena de morte não é admitida em qualquer hipótese no ordenamento jurídico brasileiro.

28. Acerca dos municípios da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as frases abaixo e assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE os espaços faltantes.

- I.** O Município tem como norma organizadora uma _____.
- II.** Aos Vereadores é garantida imunidade _____.
- III.** É _____ a divisão do Distrito Federal em Municípios.
- IV.** Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse _____.
- V.** A Lei Orgânica do Município será aprovada pela _____.

- A) Constituição, formal e material, vedada, local e Câmara Municipal.
B) Lei Orgânica, formal e material, vedada, local e Câmara Municipal.
C) Constituição, formal, permitida, regional e Assembléia Legislativa.
D) Lei Orgânica, formal, permitida, regional e Câmara Municipal.
E) Lei Orgânica, formal, vedada, local e Câmara Municipal.

29. Acerca da Administração Pública na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- B) O servidor público em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- C) Da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que tenham também caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo.
- E) O servidor público será aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, e a servidora pública, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade; em ambas as hipóteses, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

30. Analise as assertivas abaixo.

- I. Pode ser objeto de medida provisória a matéria concernente a partidos políticos.
- II. Uma medida provisória expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional não pode ser reeditada em nenhuma hipótese.
- III. Está incluída entre as competências dos Tribunais de Contas a do julgamento das contas dos administradores das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- IV. As decisões dos Tribunais de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- V. Os Ministros dos Tribunais de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão CORRETAS apenas

- A) I, II e IV. B) I e III. C) III e IV. D) III, IV e V. E) II, III, IV e V.

31. No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- B) A Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal não pode propor ação direta de inconstitucionalidade.
- C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- D) Ao Presidente da República compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- E) O controle de constitucionalidade pela via de exceção, também conhecido como controle abstrato, tem como característica a existência de um caso concreto e a produção de efeitos *erga omnes*.

32. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Tem como atributos específicos e particulares a seu exercício a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- B) A finalidade do poder de polícia administrativa tem por fim prevenir ou obstar atividades contrárias ou nocivas aos interesses públicos e sociais.
- C) O seu exercício ficaria enfraquecido, se não estivesse aparelhado de sanções para os casos de desobediência à ordem legal de autoridade competente.
- D) Por se tratar de um ato administrativo, o ato de polícia administrativa submete-se ao controle do Poder Judiciário e ao da própria Administração Pública.
- E) Admite-se a delegação do poder de polícia aos particulares no que tange aos serviços de fiscalização de profissões regulamentadas bem como de outras atividades típicas de Estado.

33. Com relação às Empresas Públicas, assinale a opção INCORRETA.

- A) São isentas do pagamento de impostos.
- B) Dependem de autorização legislativa específica para sua criação.
- C) A composição e a natureza de seu capital são iguais ao das Sociedades de Economia Mista.
- D) São criadas com o objetivo de prestar serviços públicos ou exercer atividade econômica.
- E) Estão sujeitas às regras básicas de licitação.

34. Em relação aos denominados Entes de Cooperação, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As entidades de apoio são pessoas jurídicas de natureza privada que exercem, com fins lucrativos, serviços sociais exclusivos do Estado.
- B) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público, instituídas por iniciativa do Estado, para exercerem atividades sociais de interesse coletivo.
- C) Os contratos de gestão celebrados entre a Administração e as organizações sociais não se sujeitam à fiscalização e ao controle por parte do Tribunal de Contas.
- D) As entidades paraestatais têm regime jurídico predominantemente de direito privado, parcialmente derogado por normas de direito público.
- E) Os serviços sociais autônomos são entidades públicas ou privadas, criadas diretamente por decreto, mas não exercem atividade privada de interesse público.

35. O Município de Camaragibe, na distribuição de competências administrativas, criou, através de lei específica, a Autarquia "X" e, por meio de outorga, transferiu para esta a prestação de serviços públicos de educação superior. Por sua vez, a Autarquia "X", a fim de tornar mais rápida e eficiente a prestação dos aludidos serviços educacionais, criou, no âmbito de sua própria estrutura, a Diretoria Administrativa, a Diretoria Financeira e a Diretoria de Assuntos Acadêmicos. Em relação ao enunciado da questão, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A criação da Autarquia "X", diretamente por meio de lei específica, se verificou equivocada, uma vez que todas as entidades da Administração Indireta devem ter a sua criação simplesmente autorizada por meio de lei específica.
- B) Na criação da Autarquia "X", vinculada ao Município de Camaragibe, com o objetivo específico de prestar serviços públicos de educação superior, a Administração utilizou-se do instituto conhecido como despersonalização da atividade pública.
- C) A Autarquia "X", quando da criação das Diretorias Administrativa, Financeira e de Assuntos Acadêmicos no âmbito de sua estrutura, utilizou-se do instituto da desconcentração que se constitui em simples distribuição de competência interna dessa pessoa.
- D) A Autarquia "X", como entidade política, recebe suas atribuições da própria Lei Orgânica Municipal e como tal tem plena autonomia, não precisando da chancela da Administração Direta do Município para criar a sua própria estrutura interna.
- E) A Autarquia "X", quando da criação das Diretorias Administrativa e de Assuntos Acadêmicos no âmbito de sua estrutura, utilizou-se do instituto da descentralização que se constitui em simples distribuição de competência interna dessa pessoa. Já, na criação da Diretoria Financeira, ficou caracterizada a despersonalização, em face da autonomia da Autarquia.

36. Os Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser observados

- A) por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, sejam eles da Administração Direta e Indireta, salvo as empresas públicas que estão desobrigadas a observar a publicidade, pois concorrem no mercado privado e devem manter o sigilo de suas operações comerciais.
- B) por toda a administração pública federal e estadual. Com relação aos Municípios, os princípios a serem observados estão expressamente estabelecidos nas suas respectivas Leis Orgânicas.
- C) por toda a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, ressalvados os Municípios, que aplicam a legalidade com temperamentos, pois como entidade política, tem plena autonomia para criar e aplicar as leis de caráter local.
- D) por toda a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- E) por toda a administração pública direta e indireta dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

37. Os servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos do Município de Camaragibe, abrangidos pelo regime de previdência própria, serão aposentados

- A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- B) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- C) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- D) com sessenta anos de idade e trinta anos de serviço, se homem, e cinquenta anos de idade e trinta anos de serviço, se mulher.
- E) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

38. Nicolau, durante o mês de janeiro de 2008, exerceu o cargo em comissão de diretor da coletoria de impostos do Município de Camaragibe. No mês de março de 2008, os agentes fiscais de tributos do Município, em uma auditoria fiscal de rotina, comprovaram, através de robusta documentação, que Nicolau, quando do exercício daquele cargo em comissão, apropriou-se de parte do numerário arrecadado pelo Município no mês de janeiro de 2008. Neste caso, Nicolau cometeu o crime de

- A) concussão.
- B) excesso de exação.
- C) corrupção ativa.
- D) corrupção passiva.
- E) peculato.

39. Consoante o Código Tributário Nacional, pondere sobre as afirmações abaixo.

- I. O tributo só pode ser instituído por lei formal, em sentido estrito, porém a definição da base de cálculo se efetiva através da edição de ato normativo do Chefe do Poder Executivo.*
- II. A vinculação não é um atributo do imposto.*
- III. A autoridade fiscal deve agir mediante atividade administrativa plenamente vinculada e decidir sobre a conveniência ou oportunidade de efetuar a cobrança das taxas.*

É CORRETO afirmar que

- A) apenas I e II não estão conforme o Código Tributário Nacional.
- B) I, II e III não estão conforme o Código Tributário Nacional.
- C) apenas I e III não estão conforme o Código Tributário Nacional.
- D) apenas I não está conforme o Código Tributário Nacional.
- E) apenas II não está conforme o Código Tributário Nacional.

40. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A contribuição de iluminação pública só pode ser cobrada por Municípios para o específico custeio do serviço de iluminação pública.
- B) A Taxa de Iluminação Pública se revela como a espécie tributária adequada para o financiamento do serviço de iluminação pública prestado pelos Municípios.
- C) A competência para instituição da contribuição, para o custeio do serviço de iluminação pública, é comum aos entes da federação.
- D) A contribuição de iluminação pública pode ser instituída por Municípios para o custeio do serviço de iluminação pública.
- E) A contribuição de iluminação pública pode ser cobrada por Municípios e pelo Distrito Federal para o específico custeio de serviços divisíveis.

41. Na dicção do Código Tributário Nacional, considere as afirmações abaixo.

- I. As normas complementares das leis são os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como: a instrução normativa e a ordem de serviço.*
- II. A legislação tributária interna não é revogada ou modificada pelos tratados e as convenções internacionais, mas pode ser complementada por eles e, inclusive, pelos convênios celebrados entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*
- III. Na hipótese de a lei tributária mencionar instituto de direito privado, o intérprete deve utilizar os princípios gerais de direito privado para melhor compreendê-lo, vale dizer, para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e não, para definição dos respectivos efeitos tributários.*

É CORRETO afirmar que APENAS a

- A) I está conforme o Código Tributário Nacional.
- B) I e III estão conforme o Código Tributário Nacional.
- C) II está conforme o Código Tributário Nacional.
- D) II e III estão conforme o Código Tributário Nacional.
- E) III está conforme o Código Tributário Nacional.

42. Assinale a afirmação CORRETA.

- A) A anistia, a alíquota zero e a isenção são modalidades de exclusão do crédito tributário, a teor do que dispõe o Código Tributário Nacional.
- B) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- C) A denúncia espontânea exclui a responsabilidade da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, dos juros de mora e da multa, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.
- D) A autoridade administrativa pode revogar o lançamento.
- E) O parcelamento é uma das causas de extinção do crédito tributário arroladas no Código Tributário Nacional.

43. A Constituição da República veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, sendo certo que tal vedação:

- A) é extensiva a qualquer fundação e bem assim às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às leis decorrentes.
- B) é extensiva apenas às fundações, no que se refere aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.
- C) é extensiva apenas às autarquias, no que se refere ao patrimônio e à renda, vinculados a suas finalidades essenciais ou às leis decorrentes.
- D) é extensiva às autarquias e se aplicam aos serviços, ainda que haja pagamento de tarifas pelo usuário.
- E) é extensiva às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às leis decorrentes.

44. Analise as afirmações abaixo.

- I. A homologação do pagamento antecipado é uma das causas de extinção do crédito tributário, que ocorre nos tributos sujeitos a lançamento por homologação.*
- II. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.*
- III. A remição é uma das causas de extinção do crédito tributário.*

É CORRETO afirmar que, a teor do Código Tributário Nacional, APENAS a

- A) I e II estão conforme o Código Tributário Nacional.
- B) I e III estão conforme o Código Tributário Nacional.
- C) II está conforme o Código Tributário Nacional.
- D) III está conforme o Código Tributário Nacional.
- E) II e III estão conforme o Código Tributário Nacional.

45. A ação anulatória da decisão administrativa, que denegar a restituição, prescreve em

- A) 10 (dez) anos.
- B) 5 (cinco) anos.
- C) 3 (três) anos.
- D) 2 (dois) anos.
- E) 6 (seis) meses.

46. A instituição do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU); do imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) e do imposto sobre serviços de qualquer natureza, à exceção dos de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal (ISS) compete

- A) apenas aos Municípios.
- B) apenas aos Municípios e ao Distrito Federal.
- C) apenas aos Municípios e à União.
- D) apenas aos Municípios, ao Distrito Federal e aos Territórios Federais.
- E) aos Municípios, ao Distrito Federal e à União, em Território Federal, se não for dividido em Municípios.

47. Livro Diário, Livro de Registro de Ações Nominativas, Livro de Transferência de Ações Nominativas, Livro Razão, Livro de Apuração do Lucro Real, Registro de Inventário. Constam na relação acima

- A) seis livros fiscais.
- B) três livros sociais, um fiscal e dois contábeis.
- C) dois livros sociais, dois livros fiscais e dois livros contábeis.
- D) seis livros principais.
- E) um livro fiscal, um livro contábil obrigatório e quatro livros facultativos.

48. A Empresa DFG pagou R\$ 2.760,00 relativos a prêmio de seguro com vigência para o período de 01.07.X1 a 30.06.X2. O pagamento integral foi efetivado em 01.07.X1, e o Balanço Patrimonial, apurado em 31.12.X1. O valor a ser apropriado em X2 como Despesas de Seguros será de

- A) R\$ 1.150,00.
- B) R\$ 1.380,00.
- C) R\$ 1.610,00.
- D) R\$ 1.656,00.
- E) R\$ 1.480,00.

49. O Relatório Contábil que evidencia a composição do resultado, formado num determinado período, denomina-se

- A) Balanço Patrimonial.
- B) Demonstração do Resultado do Exercício.
- C) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- D) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- E) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

50. A Empresa XLM, em 31.12.X1, apresentou os saldos a seguir:

	R\$
<i>Caixa</i>	6.000,00
<i>Bancos Conta Movimento</i>	11.000,00
<i>Capital</i>	20.000,00
<i>Fornecedores</i>	9.300,00
<i>Custo das Mercadorias Vendidas</i>	60.000,00
<i>Depreciação Acumulada</i>	1.500,00
<i>Despesas Gerais</i>	30.000,00
<i>Duplicatas a Receber</i>	4.000,00
<i>Salários a Pagar</i>	3.500,00
<i>Equipamentos</i>	10.000,00
<i>Lucros Acumulados</i>	3.000,00
<i>Mercadorias</i>	4.000,00
<i>Receitas de Vendas</i>	87.700,00

Após o encerramento, o total do Ativo Imobilizado e o total do Patrimônio Líquido são respectivamente:

- A) R\$ 23.000,00 e R\$ 10.000,00.
- B) R\$ 20.700,00 e R\$ 8.500,00.
- C) R\$ 19.200,00 e R\$ 10.000,00.
- D) R\$ 19.200,00 e R\$ 8.500,00.
- E) R\$ 23.000,00 e R\$ 11.500,00.